

Trilhando os caminhos da “produção histórica autodidata” em Goiás: o diálogo com uma tradição do IHGB

Tracking the ways of “self-taught historical production” in Goiás: the dialogue with the IHGB tradition

Rogério Chaves da Silva *

Resumo

O presente artigo consiste em uma reflexão sobre as singularidades historiográficas apresentadas pela historiografia regional que predominou em Goiás, do início do século XX até os anos de 1960, denominada de “produção histórica autodidata”. Constituída por textos de história regional elaborados por estudiosos não formados nos quadros da disciplina especializada, essa “historiografia autodidata” ficou marcada pela tentativa de reordenamento da memória histórica regional e pelo anseio em constituir uma identidade goiana. E para a concretização desse empreendimento histórico e, ao mesmo tempo, ético, esses “historiadores autodidatas goianos” estabeleceram um estreito diálogo com uma determinada tradição historiográfica emanada do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Palavras-chave: Historiografia Regional, Produção Histórica Autodidata, História da Historiografia, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Abstract

The present article consists of a reflection on the historiographic singularities presented by the regional historiography that prevailed in Goiás, from the beginning of the 20th century until the 1960s, called “self-taught historical production”. Consisting of texts of regional history elaborated by scholars not trained in the specialized discipline, this “self-taught historiography” was marked by the attempt to reorder the regional historical memory and by the desire to constitute a Goiana identity. And for the achievement of this historical undertaking, and at the same time ethical enterprise, these “self-taught historians of Goiás” established a close dialogue with a certain historiographical tradition emanating from the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB).

Key words: Regional Historiography, Self-taught Historical Production, History of Historiography, Brazilian Historical and Geographical Institute.

* Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás. Professor do Instituto Federal Goiano - Campus Avançado de Hidrolândia. E-mail: rcmcbr@gmail.com

Introdução

Na primeira metade do século XX, a escrita da(s) história(s) de Goiás esteve ao encargo de médicos, advogados, jornalistas, políticos, militares, enfim, pessoas com diferentes formações, mas que tinham um interesse comum: elaborar narrativas que contassem importantes capítulos da história goiana. Dentre os textos que, nesse período, revolveram a experiência humana do passado, encontramos muitas memórias, genealogias, trabalhos de folcloristas¹. Mas também encontramos narrativas históricas cujo escopo não era o de recuperar a ascendência de troncos familiares, nem o de relatar experiências pessoais (ou de terceiros), e sim o de, a partir da pesquisa em fontes históricas, remontar os acontecimentos pretéritos que marcaram a história de Goiás. Assinando a autoria dessas obras estavam profissionais que viviam de outras ocupações, seja como funcionários públicos, ou atuando na cena política, no atendimento médico à população, na redação de jornais, na carreira jurídica ou nos quartéis militares. Em meio a essas atividades que garantiram a sobrevivência de si e da família ou até o aumento de seus cabedais particulares, encontrava-se outra que, embora não fosse vinculada à formação profissional deles, ocupou parte importante de suas vidas: escrever sobre história de Goiás. Seja pelo gosto que cultivavam pelas letras, ou pelo apego à erudição, ou para a satisfação de fins pessoais (e) ou políticos (no sentido amplo do termo), ou em nome da concretização de um ideal (ou por essas razões em conjunto), narrar os fenômenos históricos ocorridos nas latitudes goianas era uma tarefa que fazia parte da vivência intelectual desses homens letrados.

Buscaremos, nesse artigo, analisar algumas particularidades historiográficas dos textos produzidos por esses “historiadores autodidatas”, ou seja, estudiosos de história que, mesmo não tendo a formação disciplinar especializada e não tendo o ofício de historiador como atividade profissional, dedicaram-se à pesquisa e à escrita da história goiana. Essa fase da historiografia

¹ Dentre esses trabalhos, podemos citar alguns exemplos como *Do passado ao presente: ensaios genealógicos e Famílias Pirenopolinas: ensaios genealógicos*, de Jarbas Jayme, além de *Vila Boa: história e folclore* e *Cidade de Goiás: berço da cultura goiana*, de Regina Lacerda. No tocante à produção historiográfica da primeira metade do século XX em Goiás, a qual denominamos de “historiografia autodidata”, não adentraremos às particularidades dos textos de memorialistas, genealogistas e folcloristas, pois são estilos narrativos distintos aos textos historiográficos em questão, além disso abrigam singularidades semânticas e estilísticas que nos arrastariam para outras reflexões metodológicas e narrativas, as quais ampliaram muito a discussão proposta nesse artigo. LACERDA, Regina. *Cidade de Goiás: berço a cultura goiana*. Goiás: s./e., 1968. _____. *Vila Boa: história e folclore*. 2ª ed. Goiânia: Oriente, 1977. JAYME, Jarbas. *Do passado ao presente: ensaios genealógicos*. Goiânia: s./e., 1953. _____. *Famílias pirenopolinas: ensaios genealógicos*. Pirenópolis: s./e., 1973.

regional que definimos como produção historiográfica autodidata se caracterizou pela elaboração de textos de história de caráter, eminentemente, episódico, preocupados em organizar os fatos históricos de forma cronológica, ancorados em fatos político-administrativos e inquietos em dar vulto a grandes personagens, sobretudo, ligados à política. Nessas obras historiográficas, a descrição dos fatos imperava como estratégia discursiva e, na maioria das vezes, as informações eram extraídas da documentação oficial e narradas sem a intervenção crítica do sujeito cognoscente. Assim, não se via na operação historiográfica a formulação de problemas e a elaboração de hipóteses sobre os fenômenos históricos que haviam sido selecionados como objeto de estudo. O excessivo factualismo e o apego à descrição se sobrepunham à postura analítica. Nesse sentido, eram textos de história que, praticamente, não apresentavam formulação de problemas e nem o levantamento de hipóteses acerca dos fenômenos históricos investigados.

Não obstante, a proposta nuclear de nossa reflexão é demonstrar como essa “produção histórica autodidata”² se aproximou, em muitos aspectos, de uma determinada tradição historiográfica advinda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sobretudo da produção oitocentista. E para compreendermos esse panorama historiográfico que se mostrou predominante em Goiás até os anos 1960 e, ao mesmo tempo, refletirmos sobre o modelo de história empreendido por esses historiadores, exploraremos alguns trabalhos rubricados por três dos mais conhecidos historiadores que produziram, em Goiás, neste período: Antônio Americano do Brasil, Colemar Natal e Silva e Zoroastro Artiaga.

É importante acentuar, contudo, que quando afirmamos que esses três “historiadores autodidatas goianos” (e outros) produziram textos de História que dialogaram com uma tradição do IHGB, não desejamos, por certo, fixar que a produção historiográfica elaborada no interior dessa casa da memória nacional foi sempre homogênea e desprovida de controvérsias teóricas,

² Francisco Iglésias chamou esse tipo de produção historiográfica de “beletrista ou amadora”. No cenário historiográfico nacional, consistiu na produção histórica que antecedeu à fundação das primeiras universidades brasileiras, na década de 1930, quando se iniciou a formação de historiadores ou de autores de textos de História com preparo especializado, os quais abandonaram “[...] o amorismo ou beletrismo, quando história era lazer de intelectuais sem forma de expressão, um culto do passado, patriótico ou genealógico, em falta de entendimento do real sentido da história”. Para tal concepção, ver IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG/IPEA, 2000.

temáticas ou ideológicas. Os trabalhos de Astor Diehl³ e Lúcia M. P. Guimarães⁴ bem expuseram certas polêmicas, quanto aos temas e interpretações, que irromperam no interior do Instituto, inclusive, a última apresentou os percalços enfrentados por essa “Casa Paladina” com o ocaso da Monarquia, e como esta se reinventou na República, constituindo-se numa espécie de “Silogeu”. A análise de Noé Sandes⁵ também nos aponta para os rearranjos políticos e intelectuais experimentados pelo IHGB durante as primeiras décadas do governo republicano. Debruçando-se sobre o repertório simbólico produzido por ocasião do centenário da independência do Brasil, Sandes examinou como o Instituto promoveu um ajuste, uma reconciliação, entre a memória imperial e a republicana, possibilitando, assim, uma adequação da memória monárquica ao novo regime político.

Conscientes, portanto, das intempéries institucionais e controvérsias teórico-intelectuais vivenciadas no seio do Instituto, o que pretendemos expor é que alguns elementos historiográficos, que perduraram em muitas em publicações do IHGB, podem ser encontrados nas narrativas históricas elaboradas por historiadores que atuaram nesse período que denominamos como fase da “produção histórica autodidata em Goiás”.

Americano, Natal e Silva e Artiaga: breves notas biográficas

Nascido em 28 de agosto de 1892, no município de Bomfim, atual Silvânia-GO, Antônio Americano do Brasil era filho de Elisa Maria de Sousa e de Antônio Eusébio de Abreu Júnior. Em 1910, quando tinha 18 anos, seguiu para o Rio de Janeiro com o objetivo de estudar no Ginásio Petrópolis. No ano seguinte, foi aprovado no exame de habilitação e se matriculou na Faculdade de Medicina da Praia Vermelha. Em 1917, juntamente com seu tio, Henrique Silva, fundou a revista *A Informação Goyana*. Retornou a Goiás, em 1918, para assumir, no governo de João Alves de Castro, a pasta da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça de Goiás e, em sua administração, fez com que o jornal *Correio Oficial* voltasse a ser impresso numa gráfica própria e circulasse com regularidade. Em 1919, foi nomeado 1º Tenente Médico do Exército, sendo lotado no Batalhão de Caçadores de Vila Boa, em Goiás. Dois anos depois, foi eleito Deputado Federal. Em 1925, em certo ostracismo político

³ DIEHL, Astor A. *A Cultura Historiográfica Brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ed. UPF, 1998.

⁴ GUIMARÃES, Lúcia M. P. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Ed. Museu da República, 2007.

⁵ SANDES, Noé F. *A Invenção da Nação: Entre a Monarquia e a República*. Goiânia: Ed. da UFG, 2000.

e com problemas familiares, instalou-se em Santa Luzia, atual Luziânia-GO, onde atuou como médico e professor.

Além de ter proposto a criação do IHGG, entidade congênere ao instituto brasileiro, Americano manteve alguns laços intelectuais com essa agremiação nacional. Em 1921, redigiu para o Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do IHGB, um breve resumo sobre a história de Goiás, abarcando desde o período de 1722 a 1889. Em 1924, publicou na Revista do IHGB um texto sobre a trajetória, em Goiás, de um dos fundadores do instituto, intitulado *Cunha Mattos em Goiás - 1823 - 1826*. Antes de morrer, porém, em 1931, cedeu ao governo do estado, sem remuneração pecuniária, os direitos autorais do que viria a ser sua mais conhecida obra de história, *Súmula da História de Goiás*, que teve três edições: a primeira de 1932, a outra de 1961 e a terceira de 1982. O livro, que já vinha sendo rabiscado desde a versão confeccionada para o Dicionário do IHGB e de outros escritos já elaborados por Americano, foi utilizado como manual didático quando se criou a cadeira de história de Goiás no curso da Escola Normal da antiga capital do estado. Aos 20 de abril de 1932, para muitos, por motivos fúteis, foi assassinado por Aldrovando Gonçalves em Santa Luzia. Rendendo-lhe homenagens por sua produção intelectual, o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) lhe dedicou a cadeira nº 33, assim como se tornou patrono da cadeira nº 09 da Academia Goiana de Letras (AGL).

Colemar Natal e Silva, por seu turno, também foi outro intelectual que manteve relações muito próximas ao IHGB. Nascido em São José do Tocantins (atual Niquelândia-GO), em 24 de agosto de 1907, Colemar Natal e Silva era filho Marcelo Francisco da Silva, juiz e deputado federal, e de Eurídice Natal e Silva. Fez os estudos primários com sua genitora, escritora que fundou, em 1904, a Academia de Letras de Goyaz entidade refundada, em 1939, pelo próprio Colemar como Academia Goiana de Letras (AGL), onde foi presidente (1939-1947). Estudou no Lyceu de Goyaz e, posteriormente, ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, onde fundou o Centro Goiano, agremiação que reunia os goianos que estudavam na capital federal. Quando estudante, integrou a Comissão diretora da frente democrática estudantil que defendia a Aliança Liberal. Foi redator da Revista *A Informação Goyana* e colaborador de *O Jornal do Brasil*, de *O Jornal do Comércio* na seção de História. Durante sua estada em terras fluminenses conviveu com Ramiz Galvão, Afonso Celso, Capistrano de Abreu, Max Fleiuss, Rodolfo Garcia, Américo Lacombe. Regressou a Goiás em 1930. Ocupou a cadeira de História de Goiás da Escola Normal e lecionou no Lyceu de Goiaz. Foi Promotor Público, Secretário de

Interior e Justiça e Procurador Geral de Justiça. Foi um dos fundadores do Instituto dos Advogados de Goiás (IAG) e do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), casa a qual presidiu por 42 anos (de 1933-1956 e de 1973-1992). Participou da Comissão designada por Pedro Ludovico para escolher o local para a edificação de Goiânia. Constituiu-se no principal articulador da luta pela fundação da Universidade Federal de Goiás no início dos anos 1960, tendo sido o primeiro reitor. Em 1976, tornou-se sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Faleceu no dia 23 de fevereiro de 1996. Sua mais conhecida obra, *História de Goiás*, escrita em fins dos anos 1920, quando ainda era estudante de Direito no Rio de Janeiro, teve três edições (1932, 1979 e 2002), sendo que as duas primeiras foram prefaciadas por presidentes do IHGB, Conde de Afonso Celso (que havia sido professor de Colemar na Faculdade de Ciências Jurídicas) e Pedro Calmon, respectivamente.

Zoroastro Artiaga foi outro advogado que se dedicou a escrita da história de Goiás. Nascido em Itaberaí-GO, no dia 29 de maio de 1891, Zoroastro iniciou os estudos primários com o mestre Francisco de Assis Correia e cursou o secundário no Lyceu de Goyaz. Trabalhou como telegrafista e como escrivão da Delegacia Regional. Bacharelou-se em Direito, pela Faculdade de Direito de Goiás, onde também foi professor. Foi um dos co-fundadores do IHGG, tornando-se presidente da entidade no quadriênio de 1958 a 1962. Foi membro fundador do Museu das Bandeiras, na cidade de Goiás, e do Museu Estadual de Goiás (hoje, Museu Zoroastro Artiaga), em Goiânia, onde ocupou a direção da casa no período de 1946 a 1957. Zoroastro ainda foi membro e presidente, durante o biênio de 1957 a 1959, da Academia Goiana de Letras. Participou da Associação Goiana de Escritores, do Instituto de Advogados e da Associação Goiana de Imprensa. Exerceu ainda a docência na Faculdade de Filosofia de Goiás, atual PUC-Goiás, onde ocupou a cadeira de História e Geografia. Artiaga, assim como outros intelectuais goianos da época, também colaborou com a revista *A Informação Goyana*, na qual publicou artigos voltados para as possibilidades de integração político-econômica de Goiás à nação. Faleceu em Goiânia aos 26 de fevereiro de 1972. Publicou várias obras sobre História e Geologia de Goiás.

O anseio por integrar Goiás em um projeto de nação moderna

Quando nos remetemos ao alvorecer do novecentos e trazemos a lume nomes de goianos que compuseram a cena intelectual nas primeiras décadas do século, como Henrique Silva, Americano do Brasil, Hugo de Carvalho Ramos, Vitor de Carvalho Ramos, Colemar Natal e Silva, dentre outros,

verifica-se que a maioria deles buscou encaminhar sua formação profissional em instituições instaladas fora do estado de Goiás. Segundo Nepomuceno⁶, para compreendermos a atuação intelectual desses goianos, é fundamental considerar a atmosfera política, filosófica e intelectual em que os mesmos se encontravam envolvidos nesse período de formação.

Diferentemente de fins do século XIX, quando os aspectos de modernidade no país foram pensados, mais intensamente, a partir de uma identificação com os modelos de “civildade” europeia, nas adjacências dos anos 1920, configurou-se todo um círculo de debates em torno da constituição de uma identidade nacional fundada em elementos nativos. Nesse sentido, uma discussão bastante recorrente em trabalhos literários e histórico-sociológicos desse período dizia respeito aos papéis do litoral e do sertão na constituição dessa identidade nacional. Algumas vertentes idealizavam um Brasil moderno a partir do crescimento e progresso das cidades brasileiras, considerando o interior, o sertão, um lugar inóspito, atrasado, abandonado, sem condições materiais e humanas de alavancar o desenvolvimento do país. Já outras buscavam não só recuperar, a partir do interior do país, os fundamentos da nacionalidade brasileira, como também projetavam que a modernidade no Brasil passava necessariamente pela efetiva integração desse “sertão” à nação. No âmago dessa discussão é que o resgate daqueles goianos que se formaram no Rio de Janeiro ou em São Paulo ganha sentido.

O círculo de intelectuais goianos a que esses estudiosos estavam inscritos era constituído, em sua maioria, por profissionais formados nos quadros da Escola Militar da Praia Vermelha ou nas Faculdades de Medicina e de Direito do Rio de Janeiro. Destarte, vivenciaram toda a onda cientificista que grassou nessas instituições em fins do século XIX e início do XX. Além disso, estiveram atentos aos debates irrompidos naquela quadra, conforme mencionamos, acerca da constituição de uma nação moderna e sobre os papéis do litoral e do sertão na formação de uma identidade genuinamente brasileira. Goianos de nascimento que eram, esses intelectuais convergiram em torno de um empreendimento voltado para demonstrar o papel que o sertão poderia exercer no desenvolvimento da nação. E esse projeto acabou ganhando materialidade discursiva por meio da confecção da revista *A Informação Goyana*, periódico editado no Rio de Janeiro, entre os anos de 1917 e 1935, e que era dedicado à divulgação das potencialidades econômicas⁷ e das particularidades

⁶ NEPOMUCENO, Maria de A. *O papel político-educativo de A Informação Goyana na construção da nacionalidade*. Goiânia: Ed. da UFG, 2003.

⁷ Segundo Giovana Tavares, os textos elaborados por Zoroastro Artiaga em *A Informação Goyana* estiveram

histórico-culturais de Goiás. O conteúdo dessa revista revela muito sobre o ideário político forjado por essa intelectualidade goiana, como também nos apresenta, nas entrelinhas, um projeto de memória histórica que, naquela época, estava sendo delineado entre alguns de seus colaboradores.

Trazendo em seu frontispício a epígrafe, “*Revista mensal, ilustrada e informativa das potencialidades do Brazil Central*”, o periódico, irrefragavelmente, tinha seu foco voltado para a divulgação das potencialidades do estado de Goiás. Circunscrito à *Informação Goyana* esteve um escol de escritores goianos que, ao divulgar, em seus artigos, as potencialidades econômicas, o folclore, os costumes, a literatura, a história de sua terra natal, tencionava “[...] construir um contra-discurso, que demonstrasse uma realidade diferente daquelas representações desabonadoras do sertão brasileiro e de Goiás, produzida por grupos hegemônicos dos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro” (LISBOA, 2009, p. 10)⁸.

Inscritos a esse ambiente de debates, esses militares, médicos, advogados, poetas, literatos e políticos goianos fizeram de suas penas um instrumento de defesa e de difusão das potencialidades de um estado que, embora esquecido, “abandonado a sua sorte” pelo poder público federal, poderia muito contribuir com esse “Brasil moderno” que se configurava no discurso da elite intelectual do país. E esse ardor pela efetiva integração de Goiás ao projeto de nação moderna que se desenhava naquele momento também passava, necessariamente, pela valorização de sua história. Por conseguinte, alguns desses intelectuais se dedicaram à escrita da história de seu estado natal, produzindo narrativas históricas que abrigavam o anseio por encontrar no passado, rastros, traços que fundamentassem determinadas marcas identitárias da região, desta forma, empreendendo uma relação com o passado impregnada pelo desejo de afirmação de uma memória e de uma identidade regional.

relacionados, em sua maioria, à geologia (minas e exploração mineral) e redes de transportes, sendo este último em maior número, “já que acreditava que a integração do estado de Goiás com os demais estados brasileiros apenas se daria com investimentos em vias de transportes. Apresentar uma região esquecida ao país foi, sem dúvida, a principal preocupação de Artiaga. Este fato nos possibilita associar Artiaga a outros goianos que buscavam construir uma proposta de integração da região goiana à Nação brasileira, pensando em um projeto nacional de formação territorial, em que a ocupação dos espaços vazios era um elemento crucial para a unidade do país”. TAVARES, Giovana. *Zoroastro Artiaga: o divulgador do sertão goiano (1930-1970)*. Tese de Doutorado. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação Ensino e História de Ciências da Terra. Universidade Estadual de Campinas, 2010.

⁸ LISBOA, Andreia S. *O Brazil-Central e suas potencialidades na “Revista A Informação Goyana” (1917-1935)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História. Universidade Federal de Goiás, 2009.

O diálogo com uma tradição do IHGB

Cotejando a “produção historiográfica regional autodidata” em Goiás com determinados escritos emanados do IHGB, sobretudo aqueles confeccionados ainda no século XIX, o primeiro aspecto merecedor de destaque diz respeito à elaboração de narrativas de cunho episódico, cronológico e de natureza político-administrativa que caracterizaram essas obras de história produzidas no estado durante nas primeiras décadas do século XX. Tanto a *Súmula da História de Goiás*⁹, de Americano do Brasil, quanto a *História de Goiás*¹⁰, de Colemar Natal e Silva, ou *Contribuição para história de Goiaz*¹¹, de Zoroastro Artiaga, tratam-se de narrativas históricas, essencialmente, factuais, de encadeamento cronológico, voltadas para eventos político-administrativos que ocorreram na história goiana. Verdadeiros esforços de síntese que abarcaram fenômenos da história regional desde o século XVI até o século XX.

A escrita da História desses “historiadores autodidatas” apresentou outro traço marcante da produção do IHGB, muito presente nos escritos, por exemplo, de Adolfo Varnhagen. Assim como ele e outros autores ligados à produção do Instituto que buscaram demarcar marcos fundantes da nacionalidade brasileira, encontramos, nos textos desses estudiosos goianos, essa apreensão por estabelecer uma espécie de “gênese” para a história goiana. Destarte, a origem dos goianos não se situaria nas experiências pretéritas dos propalados, mas “pouco conhecidos”, índios *goyaze* que habitaram a região e emprestaram seu nome à unidade política criada, e sim nas incursões das bandeiras paulistas que perambularam o território goiano a partir do século XVI:

[...] O descobridor de Goiás foi Sebastião Marinho em 1592. [...] Portanto eram passados cento e tantos anos da correria dos bandeirantes pelos sertões goianos, quando Anhanguera, o filho, descobriu as ricas minas de ouro; a terra já tinha sido descoberta por Sebastião Marinho em 1592 e reconhecida pelos que seguiram sua trilha. [...] Esta corigenda é obrigatória no livro do descobrimento da mais rica das colônias da metrópole portuguesa e fica feita neste capítulo original, escrito para inaugurar a criação da cadeira de História de Goiás, no Curso Normal da Capital, a pedido do ilustre titular da pasta do Interior.¹²

⁹ BRASIL, A. Americano do. *Súmula de História de Goiás*. 2ª Ed. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1961. Importante ressaltar que a 1ª edição é de 1932.

¹⁰ NATAL E SILVA, Colemar. *História de Goiás*. 3ª ed. Goiânia: IGL, 2002. A 1ª edição também é de 1932.

¹¹ ARTIAGA, Zoroastro. *Contribuição para história de Goiaz*. Uberaba: Gráfica Triângulo, 1947.

¹² BRASIL, op. cit., p. 35.

[...]

Em 1682 entrou Bartolomeu Bueno da Silva trazendo o seu filho o fundador de Goiás, que então contava 12 anos. Seguiu a picada feita por Manoel Corrêa, objetivando as tribus goiases. Foi nesta bandeira que descobriram a tribo localisada em Vila Bôa.¹³

[...]

Conforme o relato do primeiro capítulo, repito que Bueno Filho não foi o “descobridor” de Goiás: foi o “fundador” de Vila Bôa. Antes dele Manuel Correia e outros haviam pisado terras virgens e aberto picadas. Bueno Pai em sua companhia havia localizado a tribo dos Goiáses. O verdadeiro descobridor de Goiás foi Sebastião Marinho que em 1592 reinava Felipe II sobre Portugal e Colônias, partiu de São Paulo e penetrou em terras incultas jamais pisadas por cristãos. Depois disso a atenção dos bandeirantes voltou-se para a mesopotâmia goiana, onde os padres jesuítas penetraram, e também muitas bandeiras clandestina que subiram o Tocantins, mais ou menos nas alturas de Amaro Leite.¹⁴

Americano e Artiaga são uníssonos em reconhecer que o “descobridor” de Goiás foi Sebastião Marinho, mas o seu “fundador” foi Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera filho. Já Colemar Natal e Silva, embora não se refira à expedição de Marinho como a pioneira, concorda que os bandeirantes paulistas foram os primeiros a abrir caminho na região que, posteriormente, foi povoada a partir da corrida pelo ouro:

Uma das maiores dificuldades, que na elaboração da nossa história, possa se deparar ao historiador, é, inicialmente, a de saber, com absoluta certeza, quando se deu o descobrimento de Goiás. (...) Não foi o arrojado paulista Bartholomeu Bueno da Silva, - o Anhanguera - o primeiro a penetrar os vastos sertões de Goiás. [...] E Manoel Correia, sertanista de conhecida fama, presume-se, o primeiro que, à busca de ouro, cuja quantidade se anunciava muito grande, rumou a Goiás, por onde, à procura do gentio, em serviço de catequese, em 1625, teriam andado os jesuítas.¹⁵

Seguindo a mesma esteira interpretativa, Artiaga fixou marcos fundacionais para a história goiana, para isso, perscrutou as bandeiras paulistas que penetraram o sertão dos *goyaze* entre os séculos XVI e XVIII. Intentava, com isso, demarcar as “origens históricas” de seu estado natal:

Conforme o relato do primeiro capítulo, repito que Bueno Filho não foi o “descobridor” de Goiás: foi o “fundador” de Vila Bôa. Antes dele Manuel Correia e outros haviam pisado terras virgens e aberto picadas. Bueno Pai em

¹³ ARTIAGA, op. cit., p. 07.

¹⁴ Ibidem, p. 13.

¹⁵ NATAL E SILVA, op. cit., p. 119 e 110

sua companhia havia localizado a tribo dos Goiáses. O verdadeiro descobridor de Goiás foi Sebastião Marinho que em 1592 reinava Felipe II sobre Portugal e Colônias, partiu de São Paulo e penetrou em terras incultas jamais pisadas por cristãos.¹⁶

Na urdidura dessa trama, tecida para ligar os goianos ao seu passado, era fundamental que os conterrâneos do “presente” (e os do futuro) conhecessem suas origens, sua história e quem foram os intrépidos homens responsáveis por palmilhar os primeiros caminhos naquela região que viria a se constituir no estado que eles tanto estimavam e defendiam. A constituição dessa identidade regional passava, necessariamente, pelo conhecimento desse passado glorioso:

Todos os nossos irmãos, na Federação Brasileira têm sua história. Conhecem todos seu passado, em cujos feitos e em cujas fontes buscam o alento da inspiração para glórias novas, e incutem no espírito de seus filhos, ao raiar da juventude, a luz do conhecimento útil de seu berço. [...] Porque nós, goianos, não teríamos também a nossa história? Porque só nós prescindiríamos dessa fonte sagrada de cultura e de virtude? Invejamos dos outros a sorte? Para que? Se temos com que causar inveja? Filhos do soberbo torrão, em cujo solo imenso a natureza pródiga depositou as maiores reservas da fortuna para garantia de nossa grandeza futura, cujas águas refletem “o sorriso do azul de um céu de carícias e promessas” e à noite, a poesia das estrelas cintilantes nos sorri, convidativa; [...] – nós, legítimos herdeiros desses tesouros que o heroísmo incomparável dos bandeirantes nos deixou como um legado de honra e glória, temos o direito imperecível de, pela História, reivindicá-las, perpetuando em sua memória a grandeza épica de seu passado.¹⁷

Em consonância com outro princípio fundamental do IHGB¹⁸, Americano do Brasil também prezava pelo zelo e conservação dos arquivos e endereçava odiosas referências àqueles que não preservavam esses vestígios de passado:

Mais lastimável ainda é a situação do velhíssimo arquivo da antiga Câmara de Goiás, totalmente desbaratado pelos iconoclastas: do mais famoso repositório da história do Brasil Central nada existe. Não soubemos conservar essa herança dos portugueses; anulamos pela desídia uma das únicas preocupações da velha metrópole em favor da gleba – a conservação de dados para o futuro livro da história¹⁹

¹⁶ ARTIAGA, op. cit., p. 13.

¹⁷ NATAL E SILVA, op. cit., p. 26.

¹⁸ Segundo Guimarães, o trabalho de localização de fontes no Brasil e no exterior, os esforços em seu arquivamento e conservação, foram preocupações que acompanharam, desde o princípio, a trajetória do IHGB. Do mesmo modo, a revista do IHGB se constituiu num importante veículo de publicação de fontes primárias. GUIMARÃES, Manoel. L. S. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

¹⁹ BRASIL, op. cit., p. 21.

Aproveitando que se formava no centro político-intelectual do país e seguindo uma tradição emanada do Instituto Histórico, Colemar Natal e Silva peregrinou por arquivos de diferentes instituições e estados para encontrar documentos que subsidiassem sua escrita acerca da história goiana. Nessa empreitada, personalidades ligadas ao IHGB contribuíram para o projeto do estudioso goiano, à época, um acadêmico de Direito aficionado por História:

Os documentos sobre a História goiana, são além de muito raros, esparsos, e muitas vezes, contraditórios. Nos arquivos públicos de São Paulo e Belo Horizonte, no Instituto Histórico e Geográfico, onde encontrei duas grandes boas vontades, em duas notáveis competências: dr. Max Fleiuss e dr. Rodolfo Garcia, na Biblioteca Nacional, e no Arquivo Brasileiro, encontrei muito menos subsídios do que esperava e do que seria lícito esperar, em relação ao que há de outros Estados.²⁰

Outro tema candente em muitos escritos do IHGB também presente na escrita da história desses estudiosos goianos foi a questão dos limites territoriais e a importância de defendê-los. É claro que, no caso do Instituto, tratava-se dos limites territoriais nacionais, a defesa das fronteiras em relação a outros países. Em se tratando dos “historiadores autodidatas” a inquietação residia em resguardar os limites territoriais goianos e delinear um perfil físico-geográfico para o estado. Além de, continuamente, descreverem a constituição geográfica de Goiás, enaltecerem suas riquezas naturais, preocupavam-se em assegurar um espaço que, historicamente, pertenceriam aos goianos, neste sentido, a questão dos limites territoriais se converteu em matéria recorrente nos textos desses três historiadores.

Na concepção desses intelectuais, abordar o tema das fronteiras territoriais tratava-se não só de um assunto histórico (na medida em que várias foram as situações, no passado, em que aconteceram litígios por causa dessas demarcações), mas também político (tendo em vista que, em vida, envolveram-se em várias discussões políticas sobre a questão) e, por que não, um tema de cunho ético (considerando que o conceito de “bom administrador” passava, necessariamente, pela tentativa de aproveitar as potencialidades naturais e de ter resguardado as fronteiras da região). Para dar visibilidade a esse aspecto, que acreditamos estar vinculado a essa tentativa de conformação da identidade regional, trouxemos à lume, primeiramente, algumas passagens de *Americano do Brasil*:

²⁰ NATAL E SILVA, op. cit. p. 30-31.

[...] Agitava-se na cômte a questão de limites com o Maranhão. [...] No govêrno Gonzaga, Mato Grosso investiu também contra o território goiano [...]. A defesa dos limites de Goiás foi a melhor nota desse govêrno [o do Padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury]²¹ (BRASIL, 1980, p. 105).

[...]

É necessário que cada goiano fortaleça em seu íntimo o amor à terra natal, que cada professor propague na consciência de seus discípulos os verdadeiros limites do Estado, e que nós todos, fazendo de nossos braços um só braço, de nossos cérebros um só cérebro, trabalhemos com ardor e constância, a fim de legarmos à posteridade uma consciência geográfica definida²²

No caso de Artiaga, que participou da Comissão dos Limites Interestaduais em Goiás e assumiu a Secretaria do Diretório Regional de Geografia, seu texto apresentou, como já mencionado, um capítulo dedicado, especificamente, à “história dos nossos limites”, no qual relatou os embates relacionados às divisas territoriais com Minas Gerais, Maranhão, Pará e com a Bahia. Ademais, por seu trânsito constante entre a História e a Geografia, Zoroastro Artiaga sempre prezou por engrandecer as riquezas naturais de seu estado e indicar as viabilidades de seu aproveitamento:

O magestoso rio do Oeste Brasil [Araguaia] é de uma beleza sem par e tem em tódo o seu imenso percurso, motivos de encantos, pelas maravilhosas paisagens que o seu leito apresenta. É um rio de turismo, de águas claras, de leito arenoso, com praias muito extensas, sombreadas pelo revestimento florístico em quasi tódo o seu percurso, correndo em terras de campinas, de várzeas e de lhãos apropriados à criação de gado [...] A natureza araguaiana porfiou em dotar, não só este rio, como os seus tributários de mágicos cenários que embevecem aos que apreciam os sertões do Brasil Central²³

Colemar Natal e Silva, por seu turno, iniciou sua *História de Goiás* também tratando dos litígios históricos em relação às demarcações territoriais com Mato Grosso, Minas Gerais, Pará e Bahia, tema que abarcou todo o primeiro capítulo da obra. Por sua condição de jurista, ocupante do cargo de Procurador Geral de Justiça, defendeu os interesses de Goiás na centenária questão das fronteiras com Minas Gerais, oportunidade em que, ao lado de Milton Campos, defensor mineiro, findaram a controvérsia por meio da assinatura de um acordo. No relato historiográfico desse goiano, a questão dos limites

²¹ BRASIL, Americano do. *Pela história de Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 1980, p. 105.

²² *Ibidem*, p. 91.

²³ ARTIAGA, Zoroastro. *História de Goiás: relato de acontecimentos históricos goianos de 1592 a 1946 (tomo II)*. Goiânia: s.n, 1961, p. 113.

territoriais de seu estado constituía-se num tema político, jurídico, histórico e que também tangia seu sentimento de pertença à região:

Não podemos deixar de nos referir mais com orgulho de que com gratidão de goiano, ao inatacável documento histórico-jurídico que representa ao mesmo tempo um das mais belas páginas do direito e um dos atestados de justiça histórica, mais dignos e criteriosos – o laudo arbitral apresentado pelo Conde Affonso Celso, DD. Presidente Perpétuo do Instituto Histórico Brasileiro, - e que pôs termo final à secular questão de limites entre os dois Estados [Goiás e Mato Grosso].²⁴

Essa narrativa linear, cronológica, sob o formato de súmulas que, segundo Guimarães (1988) e Diehl (1998), para o caso de IHGB, tratava-se de uma herança da tradição iluminista²⁵, também vinha tangida pela tentativa de se filtrar, do passado, alguns feitos, datas e personagens que pudessem ser tidos como exemplares para o presente. Além da ênfase biográfica contida nesses escritos, esses “historiadores autodidatas” goianos não só mergulharam no passado orientado por questões políticas, como procuraram extrair, desses eventos pretéritos, exemplos para o presente e à posteridade. No caso da historiografia oitocentista elaborada pelo IHGB, esse conteúdo exemplar, presente em muitos textos, foi visto, por alguns autores²⁶, como manifestação da *historia magistra vitae*²⁷:

A *historia magistra vitae* não é apenas um adágio erudito, que se encontra em várias partes do discurso de Barbosa [Januário da Cunha], mas um princípio organizador que justifica e ao mesmo tempo orienta as investigações do IHGB. Eternizar, salvar os fatos são fórmulas que provêm desse princípio. Duas instâncias da mesma operação, eternizar e salvar, apesar de tudo, não se confundem: eterniza-se aquilo que é suscetível de se tornar memorável, e cuja definição depende de uma série de disposições teóricas e políticas. Com efeito, após sua eternização, o fato deve ser salvo, o que, por sua vez, pressupõe certo

²⁴ NATAL E SILVA, op. cit., p. 51-52.

²⁵ Essa noção de tempo linear iluminista apresentaria um encadeamento dos fatos como uma continuidade histórica em constante aperfeiçoamento, portanto, marcado pela noção de progresso.

²⁶ Dissertando sobre o sentido das análises biográficas produzidas no IHGB, o professor Temístocles César afirmou: “[...] se alguém no Brasil praticou um ato digno de ser escrito, os historiadores do IHGB estão em prontidão para registrá-lo”. CÉZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB – A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos. NEVES, L. M. B. P.; GUIMARÃES, L. M. P.; GONÇALVES, M. de A.; GONTIJO, R. (Org.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 93-124.

²⁷ Já para o professor Manoel Salgado Guimarães (1998), a concepção exemplar de história manifestada, também, no ardor biográfico presente no IHGB, intentava não só propiciar exemplos para as gerações vindouras, como também construir uma galeria de heróis nacionais, GUIMARÃES, op. cit., P. 20.

número de procedimentos metodológicos cobrindo um campo que começa com a descoberta das fontes e se estende até a produção textual²⁸

Com relação a esse tema, é fundamental abriremos um parêntese teórico. Apesar de acreditarmos que essa história exemplar, também presente nos escritos desses “historiadores autodidatas”, seja fruto desse diálogo com a tradição do IHGB, preferimos considerar que os mesmos elaboraram narrativas prenhes de exemplaridade com vistas a saciar determinados princípios orientadores. Pela quadra histórica em que foram produzidos (décadas de 1920, 1930 e 1940), julgamos ser problemático assinalar, categoricamente, que a *historia magistra vitae* constituiu-se no *topos* predominante nesses trabalhos históricos. Tal reserva se justifica pelo fato de que Reinhart Koselleck²⁹, em sua história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*), demarcou a gradativa dissolução desse *topos* na historiografia europeia a partir do século XVIII. Examinando a maneira como os historiadores, durante séculos, orientaram-se por esse princípio, Koselleck (2006, p. 41-60) analisou as circunstâncias históricas da passagem lexical da *Historie* para a *Geschichte* no espaço da língua alemã, ressaltando que esse deslocamento contribuiu para que se esvaziasse, no decorrer da época moderna³⁰, o sentido da “história como mestra da vida”. Por isso, embora a essência desse princípio se conserve, preferimos pensar esses elementos orientadores contidos nos textos desses historiadores goianos a partir da tipologia da *constituição histórica de sentido* sistematizada por Jörn Rüsen, a qual discutiremos mais adiante.

Quando enveredamos nos escritos de Americano, Natal e Silva e Artiaga, percebemos que; a despeito de todo o enfoque dirigido à esfera metodológica do conhecimento histórico, manifestado em uma concepção historiográfica que acreditava na possibilidade de atingir a “verdade dos fatos” e consistente numa formulação narrativa preocupada expor as informações extraídas da documentação histórica; o fazer histórico desses goianos esteve marcado, especialmente, pela tentativa de imprimir um conteúdo orientador. No interior de narrativas episódicas, cronológicas, fitadas em eventos político-administrativos, caracterizadas por sínteses predispostas a emprestar sentido

²⁸ CÉZAR, op. cit., p. 97.

²⁹ KOSELLECK, R. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006

³⁰ À semelhança do teórico alemão, François Hartog, definindo a *historia magistra vitae* como o “antigo regime de historicidade”, ressaltou que tal regime foi substituído, em fins do século XVIII, por um “regime moderno de historicidade”. Este último, por seu turno, teria experimentado uma ruptura a partir de 1989. HARTOG, François. “Tempo, História e Escrita da História: a Ordem do Tempo”. *Revista de História da USP*. São Paulo, nº 148, v. 1, p. 09-34, 2003.

à história de região, havia o anseio pela reconfiguração da memória histórica regional e por forjar uma determinada “identidade goiana”. Mas é preciso sublinhar que se tratava de um empreendimento identitário de natureza, eminentemente, ético-política.

Considerando a perspectiva historiográfica absorvida por esses historiadores, assentada no registro de fenômenos políticos pretéritos; tomando-se em conta tratar-se de homens ligados à administração pública ou à legislatura, pertencentes a uma elite intelectual; e considerando ainda o fato de que se engajaram num projeto político sequioso por integrar o estado à nação, dentre os muitos fenômenos do passado narrados por eles, os que mereciam maior ênfase eram aqueles que deveriam ser resgatados, lembrados e emulados pelos goianos do presente e da posteridade. Tratava-se de eventos marcantes, feitos importantes, personagens de vulto e condutas exemplares, ocorridas na história política da região, e que funcionariam como espelho para a constituição de uma dada identidade regional: um modo de viver caracterizado pelo amor à terra natal, pela defesa do território e dos interesses regionais, pelo zelo às “tradições” e pela impressão de um sentido ético-político ao “agir dos goianos” que, *ad instar* “dos grandes homens do passado”, respeitariam essa terra e contribuiriam para o desenvolvimento da região.

Em muitas passagens em que avistamos a impressão do princípio da exemplaridade, sua utilização vinha acompanhada de julgamentos morais. Tais sentenças normativas, comumente, atribuíam uma positividade ou negatividade a determinados fenômenos, atitudes, comportamentos e até atos administrativos do passado. Essas apreciações, cujo um dos escopos era o de eternizar certos nomes, feitos e condutas, muitas vezes, mostravam-se prenes de sentido pedagógico, na medida em que apresentavam não só alguns *exemplum vitae* que poderiam orientar o agir dos goianos no presente e no futuro, assim como contra-exemplos que seriam recordados para evidenciar experiências que foram nocivas à história de Goiás, portanto, modelos de conduta que não deveriam ser imitados por seus conterrâneos. Em Americano do Brasil, essas avaliações morais e tentativas de imortalização de certos nomes eram estratégias constantemente utilizadas:

Possam estas páginas de amor a Goiás serem úteis à mocidade de minha terra, a quem se destinam; possam elas ensinar o melhor caminho no presente através das coisas e exemplos do passado³¹

³¹ BRASIL, 1961, p. 15.

[...]

Incrimínamos esse Capitão-General [Luiz da Cunha Menezes] de um fato: não ter promovido em larga escada a navegação dos rios, logo que essa foi franqueada, secundando os esforços do Capitão-General do Pará. [...] Os 16 anos de govêrno desse capitão-general foram quase estéreis e cheios de incidentes, bastante desagradáveis³²

[...]

Nas linhas que proponho rabiscar neste momento, tenho intenção de tornar conhecido o interessante papel desempenhado pelo ilustre presidente provincial, que foi José Rodrigues Jardim, na história político-administrativa da mais central unidade brasileira. [...] em matéria de governo, ele é um exemplo vivo para as gerações de hoje, ensinando a enfrentar as tempestades das paixões partidárias, resolvendo-as em nome dos princípios consagrados pela sã política³³

[...]

Zoroastro Artiaga, por sua vez, na elaboração de capítulos como “História dos Literatos e Poetas Falecidos”, “História do Ensino Jurídico”, “História da Imprensa de Goiás”, “História do Tribunal de Justiça”, apresentou uma miríade de “grandes homens goianos” que atuaram em diferentes segmentos e instituições, os quais a posteridade deveria conhecer. Para exibir essa tônica laudatória de Artiaga, trouxemos esse excerto:

Este modesto trabalho não estaria completo se esquecesse os literatos e poetas mortos que tanto fizeram para levar bem longe o nome de Goiás e fixar um tipo de civilização cultural que foi tão decantada. A geração atual não conhece, por falta de interesse dos nossos homens de letras na divulgação da bibliografia goiana, o que fizemos no passado³⁴

Prosseguindo esse exercício de valoração, Artiaga ainda reverenciou a grafia tradicional que deu nome a seu estado, Goyaz. Escrito, com “y” e “z”, Goyaz carregaria em seus sinais gráficos uma carga simbólica preenchida por glórias de um passado que não deveria ser esquecido. Para Zoroastro Artiaga, a alteração na grafia desse designativo para Goiás, com “i” e “s”, representou um verdadeiro ato de iconoclastia contra a história gloriosa que o estado vivenciou:

Seu lindo nome tradicional era “GOYAZ”; mas a irreverência dos reformadores e iconoclastas mutilou-o para Goiás, esquecendo-se de que aquela palavra era um símbolo. O “Y” era uma flor e o “Z” ùltimamente eliminado pelo Dr.

³² Idem, p. 77.

³³ BRASIL, 1980, p. 93.

³⁴ ARTIAGA, 1961, p. 64.

Guimarães Lima, quando Secretário de Justiça de Goiás, decretou a proscrição da letra final, era um emblema das guerras, lutas e vitórias do passado³⁵

Na escrita de Colemar Natal e Silva, essa dinâmica discursiva, repleta de exemplaridade e de julgamentos morais, foi tão intensa quanto à confeccionada por Americano do Brasil. Na elaboração intelectual de Natal e Silva, o conhecimento sobre a história de Goiás também encerrava um sentido pedagógico. Do mesmo modo, muitas foram as avaliações pronunciadas sobre atitudes pessoais e atos administrativos considerados salutareos ou nefastos à história goiana. Sem falar nas várias apreciações morais dirigidas a comportamentos e à personalidade de alguns sujeitos históricos. Em nosso ponto de vista, a reunião dessas estratégias discursivas revela a existência de um olhar histórico que enxerga o passado a partir de seus vínculos nativos e que, por outro lado, abriga o anseio por mobilizar certas experiências históricas e exemplos de conduta que fossem coerentes a um projeto de memória regional e a um determinado contorno identitário pretendido³⁶:

Para justificar árduas pesquisas em sua vida, Goiás, possui, em sua história, muitas páginas de glória e de exemplo. Não vai só o nosso dever em conhecê-las. Temos obrigação de divulgá-las. [...] Que sejam os Goianos os primeiros a traçá-la, como obreiros de sua própria grandeza, para que mais tarde pela vastidão infinita do futuro adentro, a voz dos séculos vá repetindo pela eternidade afora: - foram dignos da terra em que nasceram, e o sol que lhes aqueceu o berço, na infância - dourou-lhes a frente, na virilidade³⁷

[...]

Algumas palavras sobre D. João Manoel. Manda a verdade histórica, através de todos fatos que acabamos de narrar, e desenrolar por sua administração ou sob ela, que se lhe consagre a memória como a de um dos maiores benfeitores da Capitania de Goiás.³⁸

[...]

³⁵ ARTIAGA, Z. *História de Goiás: síntese dos acontecimentos da política e da administração pública de Goiás, de 1592 a 1935 (tomo I)*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1959, p. 137.

³⁶ A “Semântica Histórica da Experiência” de Koselleck, representada pelas categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, também poderia ser um interessante operador teórico para compreendermos como esses historiadores ordenaram o tempo histórico em suas narrativas. Ao fitarem fenômenos pretéritos com “lentes” específicas, acabaram por estabelecer a relação entre um determinado passado “a ser resgatado” com um determinado futuro “esperado”, ou como diria Koselleck, entre “experiência” e “expectativa”. Nesse sentido, verifica-se como “em um determinado presente, a dimensão temporal do passado entra em relação de reciprocidade com a dimensão temporal do futuro”. KOSELLECK, op. cit., p. 15.

³⁷ NATAL E SILVA, op. cit., p. 32.

³⁸ *Ibidem.*, p. 230.

Assim terminou a administração de D. José de Vasconcellos assinalando os seus quase seis anos de governo, uma base majestosa, construída com carinho e convicção, para nele assentar-se futuramente toda a grandeza de Goiás.³⁹

[...]

Tristão da Cunha era um homem de má consciência de pouco espírito de justiça, das primeiras impressões e de uma grande versatilidade de caráter: era um homem perigoso! Não é possível que a história encontre, no fundo desse julgamento, algum resíduo de paixão. É natural. Mas os fatos isolados e cuidadosamente analisados, pela curiosidade fria do póster, deixam ver que houve mesmo abusos inqualificáveis da parte do Governador Tristão da Cunha.⁴⁰

Em meio a esta temática que estamos envolvidos, qual seja, a relação entre escrita da história e identidades, uma digressão teórica se faz pertinente: refletir sobre a tipologia da *constituição histórica de sentido* de Jörn Rüsen. Para este historiador alemão, o trabalho orientador da História (como relato ou conhecimento da experiência temporal) somente se efetiva, quando a narrativa histórica, ao “reconstituir” a experiência humana do(no) tempo, estabelece uma relação válida à vida prática de seu elaborador e do público destinatário. Ao apresentar o passado por meio de uma narrativa, os resultados da pesquisa são transplantados a um locus discursivo diferente daquele em que se deu sua produção, o que torna a factualidade do passado “ardente” para os processos de atribuição de sentido no universo cultural presente. Examinar a importância dessas narrativas à vida é assumir que a dimensão orientadora de todo relato histórico está marcado pela intenção básica do narrador e de seu público de não se perderem nas mudanças de si mesmos e de seu mundo, mas de se manterem seguros e firmes no fluxo do tempo. Logo, ao “presentificar” o passado, a narrativa histórica liga sua constituição de sentido à experiência do tempo, de maneira que o estudo desse passado convertido em texto, tenha significação para o quadro de orientação da vida prática contemporânea, produzindo, assim, sentido histórico. Por meio do conceito de *constituição histórica de sentido*, Rüsen procurou sistematizar algumas formas possíveis de tornar presente o passado. Essa tipologia da constituição histórica de sentido é baseada em *topoi* principais: a tradicional, a exemplar, a crítica e a genética⁴¹.

³⁹ Ibidem, p. 336.

⁴⁰ Ibidem, p. 380.

⁴¹ Esses quatro tipos de constituição histórica de sentido podem ser caracterizados, brevemente, da seguinte forma: a *tradicional* (na qual a totalidade temporal é apresentada como continuidade dos modelos de vida e da cultura do passado); a *exemplar* (em que as experiências do passado são casos que representam e personificam regras gerais da mudança temporal e da conduta humana); a *crítica* (que permite formular pontos de vista históricos, por negação de outras posições); e a *genética* (na qual os diferentes pontos de vista podem ser aceitos porque se articulam em uma perspectiva mais ampla de mudança temporal, e a

Embora seja possível encontrar, em qualquer discurso historiográfico, amostras desses quatro tipos de constituição histórica de sentido, cravamos nossa atenção no *topos* exemplar para encaminharmos a reflexão sobre esse conteúdo “identitário-orientador” constante na operação historiográfica de Americano, Natal e Silva e Artiaga. Na chamada constituição exemplar de sentido, a rememoração da experiência do passado é orientada de forma a confirmar regras práticas da experiência, portadoras de validade geral e atemporal. As narrativas exemplares comportam em si o princípio da regularidade, pois, a partir dos exercícios da rememoração do passado, criam-se regras gerais da experiência histórica, modelos de ação aplicáveis em diferentes contextos, em diversas situações particulares da vida:

Nesse processo, as determinações de sentido tomam uma forma abstrata: não aparecem mais como realidades concretas na vida prática, mas são pensadas como regras, pontos de vista, princípios. [...] A história ensina, a partir dos inúmeros acontecimentos do passado que transmite regras gerais do agir. A memória histórica volta-se para os conteúdos da experiência do passado que representam, como casos concretos de mudanças no tempo (no mais das vezes por causa das ações intencionais), regras ou princípios tomados como válidos para toda mudança no tempo e para o agir humano que nela ocorre⁴².

Conferindo valor positivo a várias circunstâncias históricas, comportamentos humanos e atos administrativos relacionados ao “passado goiano”, esses historiadores tencionaram resgatar a exemplaridade típica desse *topos* da constituição narrativa de sentido. Na narrativa histórica exemplar, “as circunstâncias da vida presente são subsumidas e a mudança no tempo submetida a um agir sob regras. Com a validade atemporal das regras gerais, a “história ensina sua própria supratemporalidade como sua “moral”, com a qual ganharia significado para a vida prática atual”⁴³.

Desta forma, no interior desse exercício escriturário, havia o anseio por lembrar e reforçar determinadas situações pretéritas e exemplos de conduta que fossem típicos daqueles que “amaram Goiás” ou que, pelo menos, fizeram algo pelo engrandecimento da região. O ato de recordar e registrar determinados eventos históricos por meio de uma narrativa plena de adjetivações e de elementos normativos denota o esforço por eternizar

vida social é vista em toda sua complexidade). RÜSEN, Jörn. El desarrollo de La competencia narrativa em Le aprendizaje histórico. Una hipótesis ontogenética relativa a La conciencia moral. *Propuesta Educativa*. Argentina. nº. 7, out., trad. Silvia Finocchio, 1992.

⁴² RÜSEN, Jörn. *História Viva – Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2007, p. 51.

⁴³ *Ibidem*, p. 52.

nomes, imortalizar certos feitos e de fixar modelos de agir que se tornassem característicos de uma identidade regional que se pretendia constituir. Do mesmo modo, quando valoraram negativamente certas condutas e acontecimentos históricos, esses cultores do “passado goiano” procuraram também revolver experiências pretéritas que funcionassem como contra-exemplos para os goianos do presente e das gerações vindouras. Nesse caso, tratava-se de recordar e tornar notórias experiências que foram nocivas à história de Goiás, evidenciando comportamentos e condutas que não deveriam ser imitados por seus conterrâneos do presente e da posteridade.

Considerações finais

Pelo teor do que foi exposto, depreende-se que, para além de estarem ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por laços institucionais e vínculos intelectuais e de amizade, esses estudiosos do “passado goiano” empreenderam pesquisas sobre história regional marcadas por alguns elementos oriundos de uma determinada tradição historiográfica oitocentista desse instituto nacional. Elaboradas sob o formato de súmulas históricas, esses textos primaram por narrar experiências político-administrativas da região, por meio de histórias episódicas, voltadas para o encadeamento cronológico dos fenômenos pretéritos, preocupadas em estabelecer marcos fundacionais e ansiosas por emprestarem vulto a personagens políticos, feitos e datas importantes para a história goiana. Consistiam em narrativas atravessadas, metodologicamente, pela preocupação em extrair a “verdade” das fontes históricas pesquisadas e, normativamente, pela formulação de histórias de cunho exemplar.

Congregando estudiosos pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) e/ou à Academia Goiana de Letras (AGL), esses intelectuais mostravam-se sequiosos por divulgar as potencialidades econômicas, as singularidades históricas e as tradições do estado em que nasceram. Seus textos de História resumavam a tentativa de se procurar no passado, rastros, indícios, traços, que amparassem um determinado projeto de memória e de conformação da identidade regional. Nesse sentido, é preciso compreender que, na busca por afirmação de sua(s) identidade(s), os seres humanos recorrem, continuamente, à história, à literatura ou a outras expressões culturais humanas. Resgatando do passado, dos costumes ou da cultura certas peculiaridades políticas, sociais ou simbólicas, apegando-se em determinadas experiências partilhadas, intentam garantir uma unidade entre seus entes constituintes, criar um sentimento de pertença e, ao mesmo tempo,

dar legitimidade à identidade que se reivindica. Sendo assim, nesse processo de construção ou de consolidação de identidade(s), frequentemente, o passado acaba sendo “(re)descoberto”, “(re)visitado”, na tentativa de validar certas experiências, significados e valores como típicos desse agrupamento que se pretende abranger. No caso dos historiadores goianos os quais tratamos, encontramos esforços dessa natureza, qual seja, o de estabelecer os vínculos dos goianos com o passado na tentativa de se desenhar uma determinada memória e uma identidade regional.

Quando dirigimos um olhar percuciente sobre esses elementos contidos nos textos de história desses “historiadores autodidatas”, notamos que a prática intelectual de revolver a experiência humana pretérita esteve, vigorosamente, tangida pelo esforço em notabilizar as tentativas passadas e as de seu presente, inclusive as suas, de integração de Goiás ao restante do país, assim como pela mobilização em extrair do “passado goiano” acontecimentos merecedores de lembrança, sujeitos históricos dignos de se tornarem exemplos para a mocidade e experiências históricas dignas de serem celebrizadas. Enfim, era o acervo da história subsidiando um projeto de rememoração daquilo que os goianos deveriam se orgulhar, emular e eternizar. O fazer historiográfico desses estudiosos, entretanto, não só repercutiu algumas concepções e procedimentos de pesquisa e narração histórica preconizados pelo IHGB, ele também se encontrava, fortemente, envolvido por seus ideais e experiências políticas, por seus vínculos com a administração pública e pelas atividades profissionais as quais desenvolveram durante suas vidas.

Esse formato de historiografia, a que denominamos de “produção historiográfica autodidata”, que se conservou como predominante em Goiás desde as primeiras décadas do século XX até os anos 1960, provavelmente, tenha sido um panorama comum da produção histórica de muitas regiões do Brasil. Outros estados que, assim como Goiás, só constituíram seus cursos de graduação em História na década de 1960 e seus cursos de Pós-Graduação a partir dos anos 1970 e 1980 experimentaram de uma inflexão historiográfica mais tardiamente se comparado com as universidades paulistas e fluminenses. Por exemplo, a historiadora Dominichi M. de Sá (2003)⁴⁴, a qual focalizou seu estudo mais sobre o cenário intelectual paulista e fluminense, localizou, nas primeiras décadas do século XX, uma tendência entre cientistas brasileiros de repulsa ao que chamou de “saber bachaleresco, enciclopedista e diletante”.

⁴⁴ SÁ, Dominichi M. de. *Ideias sem fronteiras: da generalidade à especialização no pensamento intelectual do Brasil republicano (1895-1935)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

Esse último, um conhecimento próximo daquele construído pelos estudiosos que nomeiei de “autodidatas” em Goiás. Segundo a concepção de Sá (2003), na medida em que arvoraram a formação de uma corporação de intelectuais/cientistas com um saber mais especializado, esses cientistas empreenderam um robusto embate contra a erudição retórica, a “pompa enciclopédica” e a tradição bacharelesca por meio da publicação de estudos em revistas e jornais especializados, bem como através da fundação de entidades científicas, como a Academia Brasileira de Ciências e, posteriormente, com a instituição das universidades no Rio de Janeiro e em São Paulo, durante a década de 1930.

Para além do estabelecimento de um lugar próprio do cientista, em que consistiam as universidades, Sá argumenta que essa corporação de especialistas preconizava o estabelecimento das fronteiras entre as áreas do conhecimento; almejava a consolidação da atividade científica como um modo de vida, não como uma atividade intelectual diletante; estimulava a realização de investigações científicas originais e priorizava a definição de novas áreas de atuação pública, nas quais a educação e o saber científico seriam decisivos para viabilizar o país como nação civilizada. Não obstante, tratou-se de um período em coexistiram antigos e novos modelos de intelectuais e de cientistas, cada qual com suas ideias, formas de expressões, tipos sociais, projetos políticos e profissionais e concepções sobre o saber.

No caso de cenário historiográfico goiano, essa nova forma de saber científico, no âmbito da história, só aflorou no início dos anos 1970, quando da constituição do primeiro curso de pós-graduação (mestrado) em história no estado. Nessa nova fase da produção historiográfica regional, a qual denominei de “historiografia acadêmica”, as pesquisas históricas passaram a abrigar o exame crítico das fontes históricas utilizadas, o cuidado metodológico, o recurso a aportes teóricos debatidos no universo acadêmico, a predominância de uma história econômico-social em face de uma história política, a estratégia analítica e temática se sobrepondo à descritiva e factualista, a produção/apropriação de conceitos históricos, a formulação de hipóteses que passariam pelo crivo crítico de integrantes da comunidade acadêmica. Enfim, elementos que refletiam a preocupação com a validação científica dos resultados investigativos.

Essa espécie de “defasagem” (ou singularidade?) encontrável entre a produção historiográfica de diferentes regiões do país, como em Goiás, em comparação à historiografia de São Paulo e do Rio de Janeiro pode ser melhor assimilada se observarmos essa reflexão do professor Manoel Salgado Guimarães:

No Brasil daquele tempo, ainda não havia a possibilidade de uma formação universitária no domínio das ciências sociais e históricas, uma vez que a primeira universidade brasileira foi fundada em São Paulo, em 1934. Esses autores [Sérgio Buarque, Gilberto Freyre e Caio Prado] colocaram em foco as visões estabelecidas e os mitos construídos pela historiografia brasileira tradicional. A história de mártires e heróis, que exigia um estilo biográfico e descritivo, ou a história factual, dita *histoire événementielle*, deveria ser libertada por uma história preocupada com os processos e as estruturas sociais, colocando-se a serviço da explicação. [...] Esses autores desempenharam papel fundamental no “Redescobrimto do Brasil”, para utilizar o conceito de Carlos Guilherme Mota, na medida em que suas obras serviram para estabelecer um ponto de partida para estudos acerca do passado de nosso país. Ponto de partida, porque propunham um novo questionamento, o qual estabelecia uma ruptura radical coma tradição da historiografia praticada pelos diversos “Institutos Históricos”. Uma década mais tarde, evidenciaram-se os primeiros resultados de uma prática científica na Universidade de São Paulo.⁴⁵

Esse trecho também nos indicia para um aspecto que, geralmente, passa despercebido quando lemos os trabalhos sobre história da historiografia brasileira. Na maioria deles, quando são construídos determinados quadros teórico-intelectuais, ou são examinados certos procedimentos metodológicos, tipos de análise e periodizações como sendo característicos de diferentes momentos da historiografia nacional, é comum não vermos qualquer alusão às particularidades do “fazer histórico” de outras regiões do Brasil. Muitas vezes, os analistas da historiografia acabam considerando como geral certas questões historiográficas que foram operadas somente no cenário intelectual paulista e fluminense. Daí a importância de se pensar que a história da historiografia brasileira também é constituída por aquilo que foi produzido pelas historiografias regionais, até porque elas alcançam especificidades históricas das diferentes regiões brasileiras e apresentam determinadas singularidades historiográficas que, em grande medida, não conseguem ser vistas pelos trabalhos que se debruçam sobre a produção nacional.

Artigo recebido para publicação em 31/01/2019

Artigo aprovado para publicação em 07/06/2019

⁴⁵ GUIMARÃES, Manoel L. S. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2011p. 27.